



PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UMA INTRODUÇÃO RIZOMÁTICA NOS ATENDIMENTOS COMUNITÁRIOS

Dinamar Ribeiro da Silva¹
Sílvia Regina Eulálio de Souza²

RESUMO: Este estudo é uma reflexão sobre o Programa Mediação de Conflitos, em Minas Gerais, com ênfase nos atendimentos comunitários, a partir do trabalho de conclusão de curso em Psicologia na PUC Minas, Coração Eucarístico. Busca-se neste, analisar através da Esquizoanálise, documentos e outras bibliografias relacionadas à Política de Prevenção à Criminalidade. Este estudo se introduz na linha de pesquisa qualitativa, que por um lado segue o modelo tradicional, mas que por outro, buscará refletir de maneira complexa o Programa Mediação de Conflitos. Sua metodologia se dá a partir de uma cartografia do texto sobre o Projeto Temático “Como nossos pais”, encontrado em um livro do Programa Mediação de Conflitos no site do Instituto Elo. A pesquisa tem como objetivo analisar micropoliticamente os desafios e possibilidades acerca dos atendimentos comunitários, a fim de compreender a complexidade dos atravessamentos e buscar alternativas para as mesmas. Constatou-se que é possível identificar que o endurecimento da prática em relação ao planejamento, impossibilita o sucesso da mesma. Verifica-se ainda, que a flexibilização dos técnicos em relação a metodologia do Programa, permite melhores resultados nesse nível de atendimento. Nesse sentido, é necessário refletir sobre as posturas adotadas nas equipes, para a realização da mobilização comunitária, que exige participação, escuta e voz dos usuários para encontrarem saídas para situações difíceis, diante tamanha complexidade. Dessa forma, justifica-se a produção de conhecimento nesse campo, intentando a contribuição para a formação de psicólogos e demais técnicos que irão se inserir nessa realidade.

PALAVRAS CHAVE: Programa Mediação de Conflitos. Esquizoanálise. Atendimentos Comunitários.

ABSTRACT: This study is a reflection on the Conflict Mediation Program in Minas Gerais, with emphasis on community care, from the completion of course work in psychology at PUC Minas, Coração Eucarístico campus. In this study is presented an analysis through schizoanalysis, documents and other related bibliographies Prevention Policy to crime. This study is introduced in the qualitative research, following the traditional model, but seek to reflect in a complex way the Conflict Mediation Program. Its methodology is from a text mapping on the Thematic Project “Como nossos pais” found in a book of Conflict Mediation Program in the Elo Institute website. The research aims to analyze the challenges micropoliticamente possibilities about community care, in order to understand the complexity of crossings and seek alternatives for them. It appears that it is possible to identify that the hardening of practice in relation to planning prevents its success. There is also the flexibility of technicians regarding program methodology allows better results at this level of care. Therefore, it is necessary to reflect on the positions adopted in the teams for the realization of community mobilization, which requires participation, listening, and voice users to find solutions to difficult situations against the such complexity. Thus, it justified the production of knowledge in this field, attempting to contribute to the training of psychologists and other technicians who will enter this reality.

KEYWORDS: Conflict Mediation Program. Schizoanalysis. Community Care.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo irá apresentar uma leitura introdutória à luz da Esquizoanálise sobre os atendimentos comunitários no Programa Mediação de Conflitos (PMC), a partir da carto-

¹ Psicóloga, formada pela PUC Minas - Coração Eucarístico. dinagess@gmail.com

² Psicóloga, Professora da PUC Minas - Coração Eucarístico, Doutora em Psicologia pela PUC São Paulo. silviaeulalio@pucminas.br

grafia³ do texto sobre o Projeto Temático “Como nossos pais”⁴, encontrado em um livro do Programa Mediação de Conflitos (PMC) no site do Instituto Elo⁵.

Esse Programa é implantado em lugares com alto nível de violência e exclusão social, carência de bens e de serviços públicos essenciais. Segundo Daniella, Müller e Oliveira (2012), esse programa tem como objetivo estimular o diálogo e favorecer que soluções possam vir pelas próprias pessoas envolvidas. Suas atividades são fomentadas nos níveis individual, coletivo e comunitário, onde serão detectadas as demandas, que responderão através de quatro eixos, sendo: abordagem individual; abordagem coletiva; projetos temáticos e projetos institucionais.

Essas divisões foram designadas de acordo simplesmente com o alcance da ação, pois todas seguem as mesmas diretrizes e pressupostos metodológicos. A metodologia do programa é integrada, os eixos podem ser considerados etapas de um mesmo processo, no qual as demandas não são criadas ou pensadas pelos técnicos, mas são trazidas pelas pessoas que acessam os núcleos e se originam nas comunidades atendidas. (IMAI; CRUZ, 2009, p. 254).

Segundo dados do Instituto Elo (2009), a criminalidade em Minas Gerais, na década de 1980, teve um crescimento significativo, fazendo com que a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) procurasse mecanismos de atuação possíveis diante esse fenômeno. A partir disso, foi criado em 2003, por meio de uma inovação política o Plano Emergencial de Segurança Pública, a fim de lidar com respostas amplas a essa demanda. Conforme previsto no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é direito e responsabilidade de todos.

“Nesse sentido, a participação popular e a integração entre todos os atores, da sociedade civil a agentes institucionais, tornam-se fundamentais para a efetivação da segurança, vista como cidadã, pois tais atores se tornam agentes da segurança pública.” (IMAI; CRUZ, 2009, p. 249). Diante disso, algumas diretrizes de intervenção foram tomadas pelo Plano Emergencial de Segurança Pública, tais como:

³ Cartografar é acompanhar os processos. Justifica-se a metodologia utilizada por ser um instrumento de análise que elabora e desmantela os mundos, a mesma captura suas intensidades e seus afetos. “A cartografia, diferentemente do mapa, é a integridade da paisagem em seus acidentes, suas mutações”(ROLNIK, 1989, p. 62).

⁴ Objeto de estudo para trazer as vozes dos técnicos e usuários. Esse projeto, assim como em qualquer outro sistema foi atravessado por engessamentos e flexibilizações. Visto que os endurecimentos giravam em torno da padronização/repetição do comportamento familiar transgeracional.

⁵ Associação privada que não visa lucros, fundada por profissionais qualificados na área de desenvolvimento social. Ele avalia, constrói, desenvolve e gerencia projetos nessa vertente, com o objetivo de inclusão individual e comunitária de sujeitos socialmente excluídos e que possuem trajetória de risco.

1. Participação popular, como um direito a ser defendido e executado, no sentido de a população participar da construção e planejamento de uma segurança pública cidadã; 2. Acesso à justiça, visando à efetividade dos direitos individuais e coletivos do cidadão; 3. Prevenção social e situacional da violência, democratizando os acessos aos bens sociais, culturais, econômicos etc., e redesenhando os espaços públicos, de modo a facilitar o exercício da cidadania; 4. Acesso à informação. (IMAI; CRUZ, 2009, p. 250)

Em 2003, diante do decreto de 43.295, a Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) foi instituída como órgão responsável à política social de prevenção à violência e criminalidade, pautando suas ações no Plano Estadual de Segurança Pública, baseado nas diretrizes de intervenção, com o intuito de garantir segurança e qualidade de vida para a população.

Segundo documentos do Instituto Elo (2009), o Plano Estadual de Segurança Pública surgiu com o propósito de reverter o crescimento da criminalidade nos centros urbanos brasileiros a partir da década de 1980. O aumento do índice criminal “[...] trouxe a necessidade de repensar a política de segurança pública historicamente desenvolvida pelos governos, destacando a violência como tema prioritário na agenda pública nacional” (LEITE, 2009, p.29).

O foco da Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC), de acordo com o Plano Estadual de Segurança Pública, é uma política de segurança mais integrada à sociedade, através da construção de programas e ações nas regiões onde os índices de criminalidade são elevados. É nesse sentido que o Programa Mediação de Conflitos (PMC) se relaciona com a Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) e com o Plano Estadual de Segurança Pública.

Em 2011, houve mudanças nos nomes de algumas repartições da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) com a Reforma Administrativa da gestão do governo mineiro. A Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) passou a se chamar Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CPC).

A Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CPC) desenvolveu o Programa Mediação de Conflitos (PMC) enquanto política de prevenção social à criminalidade, a mesma executa suas ações, e procura estratégias que possam minimizar a distância de seu conjunto teórico-metodológico com a prática.

Segundo o Instituto Elo (2009), o Programa Mediação de Conflitos (PMC) tem como objetivo a prevenção à criminalidade, resolvendo conflitos de forma pacífica, no nível individual, interpessoal ou comunitário. Seu desenvolvimento e aplicação das técnicas, pensado na década de 1990 pelo Programa Polos de Cidadania nos contextos de vulnerabilidade social, foi inserido somente em outubro de 2005.

Esse programa foi desenvolvido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por um grupo de professores, alunos, pesquisadores e profissionais de áreas diferentes, a fim de desenvolver uma metodologia de promoção da autonomia individual e em grupos, implicando os sujeitos nas construções de soluções diante seus problemas, em áreas periféricas, aglomeradas e de exclusão social. Para tal, foram desenvolvidos três núcleos temáticos, sendo: de cidadania, de subjetividade e de emancipação.

O Programa Mediação de Conflitos (PMC) enfrenta hoje várias questões relacionadas ao serviço dos técnicos, sendo seu maior desafio a mobilização coletiva, no qual levanta-se a seguinte questão: por que os técnicos possuem tanta dificuldade em relação aos atendimentos comunitários?

A partir desse problema, levanta-se as seguintes hipóteses: a população não consegue sair de seus problemas particulares para atuar numa mobilização coletiva, por desconhecimento sobre direitos de cidadania, ou seja, a política é vista como um favor e não como uma reivindicação de direitos e deveres dos cidadãos. Os técnicos não se sentem parte da política, é como se a mesma fosse algo distante, não como algo que eles fizessem, mas que estivesse pronto, externo. As demandas nesse nível surgem pelos moradores como demandas individuais, e os técnicos não sabem lidar, sentindo-se perdidos diante essa situação, pois há incoerências entre a metodologia e à prática, emergindo necessidade de mudanças nesse quesito.

Tais hipóteses não foram confirmadas⁶, mas possibilitaram reflexões durante o estudo de documentos escritos por técnicos de diferentes regiões. Esse estudo se deu pela ótica da Esquizoanálise⁷, também conhecida como Filosofia da Diferença, através de uma análise rizomática,⁸ a partir da cartografia⁹ no texto sobre o Projeto Temático “Como nossos pais”.

Inicialmente, este artigo apresentará de forma breve a Política de Prevenção à Criminalidade (PCP), a fim de analisar o território no qual o Programa Mediação de Conflitos (PMC) está inserido, em sequência, a metodologia do Programa, os desafios encontrados na mobilização comunitária e as considerações finais obtidas por meio desta análise.

⁶ No decorrer deste artigo serão expostos fragmentos desses textos para ilustrar tais reflexões.

⁷ Para Andrade e Romagnoli (2010), a subjetividade do sujeito não está somente ligada ao interno, mas se produz fora do corpo. Produção essa que se movimenta através dos encontros, chamada conexão.

⁸ Segundo Deleuze e Guattari (1996), na natureza as raízes não são múltiplas, são com várias ramificações, circulares e laterais, pivotantes. A realidade espiritual da árvore-raiz é a lógica binária. Esse método não compreende a multiplicidade, necessitando de uma unidade principal, que supostamente chegará a duas unidades. Segundo o método natural, ou seja, de objeto, esta unidade pode passar diretamente para três, quatro ou cinco, sendo que quem suporta essas raízes secundárias é o pivô.

⁹ A cartografia é um “desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 1989, p. 15).

Nesse sentido, torna-se relevante uma pesquisa que compreenda a complexidade de atravessamentos e busque alternativas para as mesmas, contextualizando historicamente o território e refletindo sobre o fortalecimento da participação da comunidade nos assuntos públicos. Além disso, produzir conhecimento nesse campo pode contribuir para a formação de psicólogos que irão se inserir nessa realidade, indicando ser essencial o diálogo entre a Psicologia e outras áreas de conhecimento, de maneira interdisciplinar.

2 POLÍTICA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE: IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO

A Política de Prevenção à Criminalidade (PPC) surgiu a partir de propostas relacionadas a prevenção social para combater a violência urbana no Estado de Minas Gerais. Seu principal objetivo é reverter os processos de criminalização através de ações que diminuam os fatores de risco, potencializando os fatores de proteção. Dessa forma, “a partir da identificação desses fatores, acredita-se ser possível traçar ações de intervenção que possam diminuir a criminalização e seus efeitos” (SANTOS et al, 2011, p. 109).

Um dos programas inseridos nessa política é o Programa Mediação de Conflitos (PMC), que tem a territorialidade como diretriz. Apesar do Programa considerar o território no sentido de recorte espacial, ou seja, os lugares com indicativo de alta concentração de criminalidade/violência, é importante pensar a territorialidade além desse recorte geográfico.

Outro viés desse Programa é o comunitário¹⁰, que, segundo Rodrigues (2010), está relacionado com agregar valores ao capital social e a promoção de cultura da paz, através do exercício da cidadania e a garantia de direitos humanos.

Pensar comunidade contribui para refletir sobre o Programa Mediação de Conflitos em diversos aspectos, sendo o foco nesse estudo sua inserção territorial e dificuldade dos técnicos em relação ao trabalho no nível comunitário.

Cada programa inserido na PPC tem sua metodologia própria, como planejamento de ações de intervenção, que contribui para a compreensão do território em que o Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) está inserido. O maior desafio para a gestão de políticas públicas, principalmente nas regiões metropolitanas, é dar respostas efetivas para as demandas e problemáticas sociais.

¹⁰ O conceito “comunidade” para a psicologia comunitária, Segundo Rocha (2012), é entendido como uma instância de construção coletiva e consciente da realidade, onde a população é assegurada a participar e expressar opiniões. Com isso, o indivíduo tem sua identidade reconhecida e confirmada como pertencente àquele lugar e garante, segundo Góis (2005), a proteção da individualidade diante do social e da natureza.

A acessibilidade às informações sobre as cidades tem se tornado uma ferramenta cada vez mais necessária e essencial para o processo de gestão das políticas públicas. Sem informações da realidade não se elaboram diagnósticos efetivos, não se criam parâmetros avaliativos, não se constroem indicadores, não se traz à tona a complexidade das condições de vida dos moradores. No caso brasileiro, conhecer a cidade significa confrontar-se com a concretude da lógica excludente com que tem convivido a sociedade brasileira ao longo de sua história. (KOGA, 2003, p. 23)

As grandes cidades apresentam uma complexidade em relação a seus conflitos e interesses, marcadas por diferentes categorias de habitantes, grupos sociais e estilo de vida. Não diferente, o Programa Mediação de Conflitos (PMC) também é marcado por essas diferenciações, tanto da parte dos técnicos, quanto dos usuários, que apresentam uma multiplicidade de endurecimentos, flexibilizações e saídas em seu cotidiano. Tais acontecimentos sofrem influências externas, que estão relacionadas ao território e nos afetos proporcionado pelos encontros.

Por esse motivo, segundo Koga (2003), é importante que a política seja centrada no conhecimento do território, considerando as particularidades de cada região, seus aspectos geográficos, históricos, culturais e econômicos, e as ações devem ser realizadas de acordo com a característica do local. “Além disso, a participação dos sujeitos na elaboração, implementação e avaliação da política mostra-se essencial no surgimento de novas formas de gestão do recurso público” (SANTOS et al, 2011, p. 110-111).

Dessa forma, a flexibilidade em relação à metodologia é necessária para que a mesma se dê de acordo com o território e seus aspectos particulares. É possível identificar tal afirmativa a partir deste fragmento sobre o Projeto Temático “Como nossos pais”, realizado por uma equipe em Governador Valadares em conjunto com a rede parceira:

[...] é possível destacar que a falta de representatividade positiva dentro dos sistemas familiares, a pouca valorização dos vínculos intrafamiliares, a falta de referencial materno e paterno (acredita-se que as crianças são desde o seu nascimento, conduzidas e orientadas por quem exerce tais funções, fato que ajuda a auxiliar na construção da identidade dos sujeitos, uma vez que se sabe que seu primeiro contato social também é o sistema familiar) são fatores de risco preponderantes para a potencialização de violências, principalmente a doméstica, que também contribui para a instabilidade e ocorrência de conflitos dentro do contexto familiar da comunidade. (ABREU et al, 2011, p. 105).

Esse contexto é comum em outras regiões onde o Programa Mediação de Conflitos (PMC) está instalado, não necessariamente pelos mesmos motivos, mas que pode servir como uma reflexão para outras equipes, que possibilitou o alcance dos objetivos desse Projeto Temático. Nesse sentido, estudar o território possibilita conhecer os diferentes aspectos da co-

munidade em que o Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) está inserido, e direciona as ações no local.

3 A INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E O DESAFIO DE SUAS LINHAS NO RIZOMA NO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS (PMC)

É importante pensarmos que cada comunidade está inserida em um contexto, e que esta faz diversas conexões com a intersubjetividade. Não diferente, o Programa Mediação de Conflitos (PMC), inserido em uma dada realidade comunitária, faz inúmeras conexões, para além do instituído. Suas linhas rizomáticas se cruzam, se conectam e/ou reconectam formando uma rede intersubjetiva.

A realidade de cada comunidade varia de acordo com sua cultura, seus costumes, tradições, e se transformam a partir de suas flexibilizações para o novo. Os endurecimentos de uma cultura impossibilitam mudanças no contexto social. Pensar o que está inflexível permitem novas saídas, um novo contexto cultural e novas conexões intersubjetivas.

Segundo Guattari e Rolnik (1986), o conceito de cultura é entendido como uma subversão da estrutura socioeconômica e política da sociedade. A esfera autônoma da cultura não existe na música, na arte, na literatura, ou seja, não existe no nível produtivo e de criação. Todavia é pertencente nos mercados de poder e aos mercados econômicos.

O que caracteriza os modos de produção *capitalísticos*¹¹ é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, que eu chamaria de “cultura de equivalência” ou de “sistemas de equivalência na esfera da cultura”. Desse ponto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 16).

A cultura de massa, no entanto, produz sujeitos atrelados às normas hierárquicas, sistemas de submissão mais dissimulados, da ordem do invisível, ou seja, não explícita, e sistemas de valores. Esses valores não são interligados ou interiorizados, o que existe é uma produção de subjetividade social, que se pode encontrar em todos os níveis de consumo e da pro-

¹¹ Guattari acrescenta o sufixo “ístico” a “capitalista” por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do “Terceiro Mundo” ou do capitalismo “periférico”, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionariam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 15).

dução que é inconsciente. “[...] essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasmamos, quando nos apaixonamos [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 16).

Diante dessa lógica cultural, é importante refletir sobre os atravessamentos decorrentes no território onde cada Programa está inserido. Em relação ao nível comunitário, é importante pensar quais seriam as construções subjetivas dos técnicos e dos usuários; como se articulam seus processos de criação e de relação com o outro e quais são seus endurecimentos, flexibilidades, saídas, etc.

[...] a subjetividade é atravessada por forças e fluxos que possuem outro funcionamento e que escapam à homogeneização, convocando a heterogeneidade, compondo processos de subjetivação inventivos, planos de consistência que propiciam agenciamentos. Pelo fato de também ser formada por linhas relativamente flexíveis, a subjetividade oscila entre o território já estabelecido – a faceta formal identitária – e as linhas de fuga, que trazem a desterritorialização, o novo. (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010, p. 608).

Se pensarmos pela mesma visão dessas autoras, ou seja, subjetividade como resultado de uma produção de massa, devemos refletir também sobre as condições políticas/socioculturais que essa população vive, como os sujeitos foram modelados e quais as saídas encontradas a partir desse meio.

Através da cartografia feita no texto sobre o Projeto Temático “Como nossos pais”,¹² a partir de uma análise rizomática, foi possível perceber algumas linhas duras quando os técnicos se prendem na metodologia de forma rigorosa; quando a política é vista separada, como algo imposto, sem possibilidade de mudanças, ao invés de sentirem-se parte da mesma. As linhas flexíveis aparecem quando os técnicos refletem e questionam suas atuações e sobre a metodologia, possibilitando o aparecimento de linhas de fuga, ou seja, de saída para as mesmas. Essas reflexões podem gerar mudanças na própria política.

Dessa maneira, a equipe percebeu que este poderia ser um fato desmobilizador para que os membros do grupo não participassem das atividades. Nessa perspectiva, a equipe organizou em escalas (estagiários e técnicos) para participar do projeto, a fim de desenvolver atividades com as crianças enquanto os pais se dedicavam aos encontros do grupo. (ABREU et al, 2011, p. 106).

¹² Assim como em outras atividades de nível comunitário, essa também enfrentou entraves para além da violência. São linhas que se atravessam em multiplicidade e causam diferentes efeitos na realização dos encontros coletivos, como o não comparecimento de alguns participantes, pois os mesmos não tinham com que deixar os filhos, exemplificando algumas linhas duras.

É importante lembrar que esses fatos não ocorrem de forma isolada. Numa mesma equipe os afetos ocorrem de maneira individual, formando possíveis produções de subjetividade e/ou processos de subjetivação, que não serão possíveis de serem analisados nessa pesquisa. Tais afetos terão efeito no funcionamento coletivo, ou seja, na prática da equipe, ao mesmo tempo que também encontram com as diferentes linhas da comunidade. Esse emaranhado de linhas desse sistema pode ser chamado de rizoma.

Entende-se rizoma como um conceito que compreende a realidade “como uma rede constituída de inúmeras ramificações que se conectam e reconectam continuamente com outras ramificações” (PARPINELLI; SOUZA, 2005, p. 480).

Nesse sentido, percebe-se que a metodologia do Programa Mediação de Conflitos (PMC) faz conexões com a prática dos técnicos, ao mesmo tempo que esse se conecta com os afetos dos usuários, que também se conectam com o território, que faz conexões com a comunidade, etc. Não para de desterritorializar, produzindo coisas de forma contínua e positiva.

Por acreditar que são possíveis devires em qualquer situação da vida social, pensar apenas que o alto índice de violência e vulnerabilidade social são atravessamentos, estamos fugindo de que a transversalidade nos permite ver as coisas de forma diferente.

O objetivo dos técnicos nesse Projeto era potencializar essas famílias, encontrar linhas de fuga para a atual situação, repensando o modelo de agir e valorizando “as experiências de cada sujeito na construção de alternativas ao lidar com as dificuldades” (ABREU et al, 2011, p. 99). Isso significa, desterritorializar para reterritorializar.

Segundo esses autores, a violência e criminalidade nessa comunidade são produtos de carências estruturais; e a vulnerabilidade produto do crescimento desordenado da população, associado a precárias intervenções políticas sociais básicas.

Além disso, após o término dos encontros, esse projeto foi encerrado no Fórum Comunitário. Algo que não é comum em todos encerramentos das atividades coletivas. Considera-se como outra linha flexível, com o intuito de compartilhar as experiências e os efeitos das mesmas. Além dos palestrantes, os participantes também participaram espontaneamente, o público também incluía famílias que não participaram dos encontros. “O debate foi muito enriquecedor, e a equipe pôde perceber que o tema ‘família’ é muito bem quisto pela comunidade, que tem afinidade com a temática” (ABREU et al, 2011, p. 106).

Depoimento de uma participante:

Eu vou falar aqui o que aconteceu comigo, mas eu sei que todos que passaram pelo projeto só têm coisa boa pra falar. Este projeto mudou o meu jeito de ver as coisas, e eu me apeguei muito a todas as colegas; eu vi que não sou só eu que tenho proble-

mas. Antes de passar por aqui, eu agredia muito meus filhos, e batia na cara deles, mas eu fazia isso porque foi assim que eu aprendi, eu achava que era assim que se cria filho. Hoje eu entendo que não, que tem que conversar com eles, compreender mais. Eu tinha vergonha de mim, pois eu tinha oito filhos, eu achava isso uma vergonha para mim, mas entendi que eu não preciso ter vergonha de mim e nem deles. E daqui para frente as coisas vão mudar na minha vida, no meu trato com os meninos, hoje, eu acho que sou uma mãe melhor. (ABREU et al, 2011, p. 107).

Como linhas de fuga ainda temos: comunidade não é mais vista apenas como violenta e vulnerável. De um movimento de desterritorialização e reterritorialização.

A equipe percebeu a importância dessas linhas flexíveis durante e após os encontros do projeto, uma vez que a própria comunidade, participante e ouvinte, solicitou a continuidade do mesmo.

[...] entendeu-se que, para se alcançar bons resultados com os Projetos, é preciso pensar nas necessidades dos participantes e em estratégias para que a execução contemple todos os impasses que possam vir a atravancar o objetivo do Projeto Temático. (ABREU et al, 2011, p. 106).

Essa saída encontrada através das flexibilizações no plano de ação para realização do projeto possibilitou que o mesmo alcançasse seus propósitos. É preciso desterritorializar e reterritorializar as práticas do Programa Mediação de Conflitos (PMC). Um diálogo entre as minorias pode, segundo Guattari e Rolnik (1986), ter grandes alcances, podendo surtir atitudes positivas e mais ofensivas, “que vai consistir num questionamento da própria mola mestra, da própria finalidade das sociedades atuais” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 123).

Nesse sentido, a discussão posterior à realização dos Projetos Temáticos pode surtir efeitos dessa ordem, pois mobilizam micropoliticamente e, com isso, avançar macropoliticamente. Os autores sustentam ainda que existem mutações provenientes dos movimentos minoritários, “que não precisam de um estado maior central para serem discutidas e difundidas, pois transmitem através de outros modos de comunicação” (ABREU et al, 1986, p. 124).

A partir desse ensaio introdutório é possível problematizar novas pesquisas nessa política, que possibilitem refutar ou confirmar as hipóteses iniciais. As reflexões trazidas por esse estudo permitem ao psicólogo compreender sobre alguns atravessamentos na Política de Prevenção à Criminalidade, possibilitando novas produções sobre a temática e mostrar que o foco nas subjetividades também é fundamental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Mediação de Conflitos (PMC) está inserido na Política de Prevenção à Criminalidade (PCP), ainda recente no território brasileiro. Esta por sua vez, visa o combate da violência urbana por meio de ações que potencializem os fatores de proteção, e enfrenta inúmeras dificuldades. No Programa Mediação de Conflitos (PMC) esses desafios se agravam nos atendimentos de nível comunitário.

Nesse sentido, o foco que é uma análise rizomática dos textos à luz da esquizoanálise se endereça aos acolhimentos coletivos, através da cartografia feita no texto sobre o Projeto Temático “Como nossos pais”. Pois não seria possível estudar todos os problemas do Programa, que na prática não ocorrem separadamente, ocorrem de maneira múltipla, ou seja, vários movimentos acontecem ao mesmo tempo, em todos os níveis.

A partir da prévia apresentação sobre o Projeto Temático “Como nossos pais”, é possível iniciar uma nova pesquisa, que confirme ou refute as hipóteses iniciais sobre o Programa Mediação de Conflitos (PMC) a partir das vozes dos técnicos e usuários.

Foi possível avaliar os engessamentos da equipe técnica em relação a esses atendimentos, muitas vezes aprisionados à metodologia do Programa Mediação de Conflitos (PMC) e/ou à outras propostas pré-estabelecidas nas atividades comunitárias. Da mesma forma, a população também tem vários endurecimentos, como a repetição de padrões familiares.

A inventividade, criatividade é um meio de encontrar algumas saídas diante essa problemática. Flexibilizar-se em relação ao que já foi proposto é uma forma de reorganizar a metodologia de acordo com a prática. Essa metodologia deve servir como instrumento apenas para nortear o trabalho, não para segui-la majoritariamente.

A flexibilização do trabalho é tão importante, que em alguns Projetos foi possível alcançar para além dos objetivos vigentes. Outra questão é o aprisionamento desses objetivos, pois os mesmos podem não ser alcançados como o esperado. Nesse sentido, não se pode excluir quaisquer resultados, esses podem dizer muito sobre aquela população. Sempre é possível aproveitar algo, ainda que se apresente de maneira negativa, pode-se (re)direcionar a prática e resultar diferentes reflexões.

É perceptível que os desafios convoquem a criatividade/inventividade dos profissionais. Uma vez que os problemas que surgem repletos de atravessamentos, por vezes conectados. Tais conexões podem surgir em diferentes momentos, desaparecerem e reaparecerem em outros. Quanto maior o endurecimento dos técnicos, mais difícil será encontrar soluções, pois

os problemas aparecem de vários lugares ao mesmo tempo, fazendo diversas conexões que podem se reconectar novamente.

Além disso, as flexibilizações dos técnicos propiciam diferentes produções dos usuários. Estes, por sua vez, sentem-se verdadeiramente escutados e também se flexibilizam diante seus padrões comportamentais, percebem seus direitos e deveres e conseguem fazer novos movimentos. Tais movimentos também agenciam novos afetos para além dos participantes dos Projetos. Isso significa novos rizomas, que, como os anteriores, não são linear/horizontalizado, mas com múltiplos atravessamentos.

Nesse sentido, esta pesquisa não se conclui, mas propicia novas reflexões sobre a Política de Prevenção à Criminalidade (PPC), sobre o Programa Mediação de Conflitos (PMC) e as vozes dos técnicos e usuários, buscando avanços diante os textos já publicados, ao se introduzir um novo olhar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Emanuela Wandenkolken, et al. “Como nossos pais”. In: ARRAES, Plácido, CARVALHO, Fabiana. (Org). **Programa Mediação de Conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011, p. 99-108.

ANDRADE, Laura Freire e ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicologia Ciência e Profissão**. p. 604-619. 2010.
BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **DEC: 43.295**, 18 de agosto de 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DANIELLA, Jaqueline, MÜLLER, Frederico, OLIVEIRA, Luiz Gonzaga. Construindo pontes para a paz. **Revista Prevenção em Rede: Informativo trimestral da política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais**. 3 ed. Minas Gerais: Instituto Elo, janeiro – março 2012, p. 8-9.

DELEUZE, Gilles, & GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. São Paulo: ed. 34, v.1, n.1, 1996.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: ed. 6, Editora Vozes, 1986.

IMAI, Caroline Akemi Pinheiro, CRUZ, Giselle Fernandes Corrêa. Mediação de conflitos na política de prevenção à criminalidade. In: BRETTAS, Kris, MORAES, Renato Almeida.

(Org). **Olhares sobre prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: ed. 1, Instituto Elo, 2009, v. 1, p. 245-256.

INSTITUTO ELO (2009). **Pacificação por meio da cidadania**. Disponível em: <<http://www.institutoelo.org.br/site/noticias/leitura/1143>>. Acesso em 25 mar. 2016.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. In: **Medidas de cidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003, p. 23-49.

LEITE, Fabiana et al. A Política De Prevenção Social À Criminalidade Da Secretaria De Estado De Defesa Social De Minas Gerais. In: LEITE, Fabiana (Org.). **Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Instituto Elo. 2009. p. 27-71.

PARPINELLI, Roberta Stubbs; SOUZA, Edmilson Wantuil Freitas de. Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 479-487, set/dez. 2005.

ROCHA, Tatiana Gomes, Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. **Global Journal of Community Psychology Practice**. Rio de Janeiro. v.3, n.4, p. 1-6 , 2012.

RODRIGUES, Sandra Mara de Araújo. et al. **Mediação e Cidadania: Programa Mediação de Conflitos**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2010.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, Carolina de Carvalho et al. Introdução ao Estudo do Território: Contribuições para a política de prevenção à criminalidade. In: ARRAES, Plácido, CARVALHO, Fabiana. (Org). **Programa Mediação de Conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011, p. 109-114.